

*Reforma Tributária*

AJ13592



Carlos Alberto da Silva

### Avaliação

Relator da reforma tributária, o deputado Virgílio Guimarães admitiu que a carga de impostos no país é das mais altas do mundo, mas descartou a redução da cobrança. E para ele, a discussão sobre o ICMS é tão complexa que o imposto deveria ser discutido numa reforma exclusiva

# Governo mantém impostos

Relator da reforma tributária, deputado Virgílio Guimarães diz que a redução da carga de tributos poderia 'desestruturar' as finanças do país

DENISE ZANDONADI E GUSTAVO BELESA

**M**esmo reconhecendo a necessidade da reforma tributária, é preciso reconhecer, também, que é impensável fazer uma redução da carga tributária neste momento, sob pena de se provocar uma desestruturação nas finanças públicas do país". A afirmação foi feita ontem pelo deputado federal Virgílio Guimarães (PT-MG), relator do projeto de reforma tributária na Câmara. Ele veio a Vitória participar do seminário "As Reformas que o Brasil Precisa", promovido pela Rede Gazeta.

O debate de ontem foi o terceiro de uma série de quatro, que terminará no dia 25 de abril, com o

seminário sobre reforma política. Nas etapas anteriores foram debatidos a reforma da Previdência, no dia 4 de abril, e a abertura da série de debates foi no dia 27 de março, com a discussão sobre todas as reformas que estão programadas para serem feitas neste ano.

Guimarães garantiu, no entanto, que não deverá ocorrer aumento de alíquotas que poderiam representar uma carga maior de impostos para o país. "Nós já somos um dos países com uma das maiores cargas de impostos e não será possível assumir mais ainda"

liticamente viável e juridicamente aplicável. "Nós temos consciência que não será a reforma ideal, mas será a melhor possível", disse ele. Um dos pontos principais da emenda constitucional, que deverá ser encaminhado para votação depois da Semana Santa, é a questão do ICMS, principal imposto no país, e que tem gerado grande controvérsia.

### Complexo

"No ano passado foram arrecadados R\$ 105 bilhões a partir da incidência do ICMS, o que mostra

disse o relator. Além disso, está em discussão a cobrança do imposto na origem - isto é, no Estado onde é produzido - ou no destino final, onde há o consumo. Este é um dos pontos mais polêmicos da reforma. Na opinião de Guimarães, o ICMS é tão importante e complexo que mereceria uma reforma exclusiva.

Outra crítica do deputado foi feita à Cofins, "que é um imposto de efeito cumulativo e, por isso mesmo, extremamente perverso para as empresas". Conforme dados divulgados pelo relator, so-

produtos, acaba sendo perverso porque o mais pobre e o mais rico pagam o mesmo imposto".

Guimarães explicou que, nesta primeira fase da reforma, serão alteradas as emendas constitucionais. No segundo semestre, pretende-se fazer outras mudanças para garantir que todas as alterações no sistema tributário entrem em vigor a partir de janeiro de 2004.

Em relação ao Imposto de Renda, segundo ele, não serão incluídas modificações neste projeto. Isso deverá ser discutido no segundo semestre. Guimarães defende uma ampliação das alíquotas, começando em 10% e ultrapassando os 27% de alíquota máxima.



gílio Guimarães (PT-MG), relator do projeto de reforma tributária na Câmara. Ele veio a Vitória participar do seminário "As Reformas que o Brasil Precisa", promovido pela Rede Gazeta.

O debate de ontem foi o terceiro de uma série de quatro, que terminará no dia 25 de abril, com o

## Sindicalista aponta as desigualdades

A vice-presidente da Unafisco Sindical, sindicato que representa os servidores da Receita Federal, Fátima Gondim, propõe que a reforma tributária englobe a população assalariada e trabalhadora, e não apenas o setor produtivo. "A massa salarial brasileira é quem paga mais impostos no país e não pode ser esquecida. A discussão no Congresso deve ser clara e transparente", salienta.

Para ela, a reforma tributária deve vir antes da Previdenciária, com o alinhamento da carga de impostos. Assim, os trabalhadores podem ter uma redução no pagamento de tributos, acarretando uma situação melhor para os aposentados e trabalhadores que perderão benefícios.

O Brasil, reforça a sindicalista, apresenta um dos maiores índices de crescimento de tributos do mundo. Segundo Fátima, enquanto a massa salarial apresentou decréscimo de 10%, nos últimos anos, o imposto de renda retido na fonte cresceu 40%.

"Ou seja, mesmo com achatamento salarial, o trabalhador pagou mais, enquanto uma minoria que recebe muito pagou menos", destacou. Neste sentido, ela apresentou um estudo que identificou o "confisco" de R\$ 16 bilhões de IR retido na fonte, entre 1997 e 2002.

De acordo com ela, quem recebe até dois salários mínimos deixa 26,48% como imposto, enquanto quem recebe até seis salários paga 13,98%. De 10 a 15 salário o desconto é de 10,47% e quem recebe mais 30 salários tem a tributação de apenas 7,34%.

com a discussão sobre todas as reformas que estão programadas para serem feitas neste ano.

Guimarães garantiu, no entanto, que não deverá ocorrer aumento de alíquotas que poderiam representar uma carga maior de impostos para o país. "Nós já somos um dos países com uma das maiores cargas de impostos e não será possível assumir mais ainda", afirmou o deputado.

Ele defendeu uma reforma ampla que seja socialmente justa, po-

emenda constitucional, que deverá ser encaminhado para votação depois da Semana Santa, é a questão do ICMS, principal imposto no país, e que tem gerado grande controvérsia.

### Complexo

"No ano passado foram arrecadados R\$ 105 bilhões a partir da incidência do ICMS, o que mostra como este tributo é importante. No entanto, será preciso definir alíquotas únicas para todo o país",

te é um dos pontos mais polêmicos da reforma. Na opinião de Guimarães, o ICMS é tão importante e complexo que mereceria uma reforma exclusiva.

Outra crítica do deputado foi feita à Cofins, "que é um imposto de efeito cumulativo e, por isso mesmo, extremamente perverso para as empresas". Conforme dados divulgados pelo relator, somente de Cofins foi arrecadado no ano passado R\$ 62 milhões. "Como ela incide sobre todos os

a partir de janeiro de 2004.

Em relação ao Imposto de Renda, segundo ele, não serão incluídas modificações neste projeto. Isso deverá ser discutido no segundo semestre. Guimarães defende uma ampliação das alíquotas, começando em 10% e ultrapassando os 27% de alíquota máxima.

## Governadores do Nordeste pedem mudança

**Natal** - Apesar da resistência do Governo federal e da oposição de São Paulo e Espírito Santo, que se recusam a mudar o local de cobrança do ICMS, os nove governadores do Nordeste querem a implementação imediata do princípio de cobrança do tributo no destino. Hoje o ICMS é cobrado na origem.

Os governadores prometem dar trabalho ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reunidos, ontem, com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para discutir as reformas previdenciária e tributária, eles fincaram pé na sua posição. Contrariaram, assim, o que o próprio ministro acertara na véspera com outros cinco governadores, recebidos no Palácio do Planalto, quando a mudança foi descartada.

"Se não reagirmos agora, seremos os grandes derrotados desta reforma", diz o paraíbaense Cássio Cunha Lima (PSDB). Os nove governadores querem arrancar, do Governo federal, a fixação de um prazo para que a mudança possa ser votada, aprovada e implementada.

Sugerem que isto ocorra em dois anos. No encerramento da reunião, Dirceu até concordou. "Vamos discutir, negociar. Vou levar esta proposta ao presidente Lula, mas não há desacordo entre nós. A diferença é que os governadores do Nordeste querem isto agora e o Governo quer num segundo momento. Eu defendo o prazo de dois anos para aprovar a mudança e começar a implementá-la", disse o ministro, no fim da tarde, diante dos governadores.



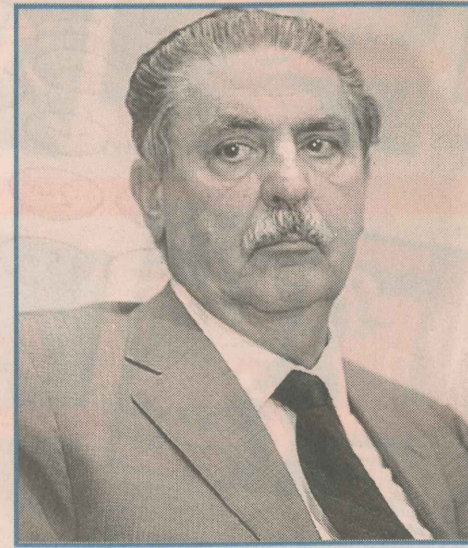
### PRESSÃO

Fátima Gondim, da Unafisco, destaca que os assalariados são os mais prejudicados pelo excesso de tributos no país



### EXPECTATIVA

O deputado federal Virgílio Guimarães admite que a reforma não será a 'ideal', mas garante que será a 'melhor possível'



### REDUÇÃO

O advogado Guido Cortes disse que os impostos são comprometidos com a dívida pública e defendeu ser possível reduzir a carga tributária

# Especialistas divergem de relator

Polêmica sobre a reforma tributária. A matéria ainda não chegou ao Congresso - o presidente Lula prometeu enviar a matéria depois do feriado da Semana Santa -, e a divergências surgem em relação a diversos pontos, sobretudo quanto à manutenção da carga de impostos que incidem sobre os setores da economia.

Para advogados tributaristas, o Governo federal pode reduzir a cobrança de tributos, apesar de o relator da reforma no Congresso, deputado federal Virgílio Guimarães (PT-MG), afirmar que essa medida é impensável e acarretará, se implementada, desestruturação das finanças públicas.

"Discordo da impossibilidade de baixar a carga tributária. Os impostos são comprometidos com a dívida pú-

blica e se tornou um círculo vicioso no país. Cada que vez que se fala em mudança aparece um imposto novo", destaca o advogado tributarista Guido Pinheiro, durante o seminário "As Reformas que o Brasil Precisa", promovido pela Rede Gazeta.

Para ele, o Governo deveria seguir a Constituição federal, que estabelece a desoneração dos produtos de primeira necessidade - tanto em imposto federal (Cofins) quanto estadual (ICMS).

Outra possibilidade levantada pelo tributarista é a cobrança escalonada no Imposto de Renda para pessoa física, que cobraria percentuais maiores de quem ganha mais e menores dos trabalhadores assalariados. Hoje, a incidência do imposto, entre 15% e 27,5%, vale para quem recebe acima de R\$ 1.058,00.

"Na verdade, o Governo pode mudar muita coisa seguindo apenas a Constituição federal, sem efetivar a reforma tributária, que é essencial para o país", acrescenta.

### Peregrinação

Além disso, ressalta o tributarista Caleb Salomão Pereira Silva, a questão tributária é centralizadora no Brasil. Isto é, todas as mudanças estão centradas em Brasília, fato que gera, a cada início e fim de mandato, uma peregrinação de governadores e políticos à Capital federal, em busca de recursos para seus Estados.

"É uma política autoritária, do período da ditadura. Ela criou uma dependência dos Governos estaduais. Sempre foi assim, com a União aprovando as mudanças e depois discutindo a reforma com a população. Assim não resol-

ve", critica o advogado.

De acordo com ele, se o Governo aplicasse a legislação, a situação poderia ser melhor. "O Governo atual está mudando o panorama, com presidente Lula consultando as bases e fazendo as reformas que não interferem diretamente no dia-a-dia dos Estados", comentou Caleb.

### Renda

Para o deputado federal Renato Casagrande (PSB), a reforma tributária é importante para reduzir a carga tributária de 35,95% que incide sobre a massa salarial e setor produtivo.

"A reforma vai permitir a mudança de alguns tributos e contribuir para a redistribuição de renda", defende o parlamentar capixaba, que faz parte da Comissão Especial de Reforma Tributária.